

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Codesp nega terceirização

Da Redação

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a Autoridade Portuária) negou a intenção de contratar bombeiros civis terceirizados para atuar no Porto de Santos, desmentindo a medida anunciada pelo coordenador do Plano de Auxílio Mútuo (PAM) do complexo marítimo, Evandro Lourenço.

Em nota divulgada no início

da tarde de ontem, a Autoridade Portuária destacou que, hoje, esta função é da brigada de incêndio da Guarda Portuária (Gport) e da equipes dos terminais portuários.

Na última quinta-feira, o coordenador do PAM divulgou o projeto da Codesp de contratar bombeiros civis - o fato foi publicado em A Tribuna na edição de sexta-feira. No

ocasião, ele explicou que esse reforço seria feito através de terceirização do serviço, por conta do limite de funcionários estabelecido pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest).

Lourenço chegou a afirmar que uma consultoria já atuava no levantamento das vagas que deveriam ser abertas para que todas as áreas do Porto de Santos pudessem contar com os profissionais especializados no combate ao fogo. Este trabalho, segundo o coordenador, contava com o aval do diretor-presidente da Codesp, José Alex Oliva.

O anúncio feito pelo coordenador gerou polêmica no setor portuário. Ontem, pela manhã, o site do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária (www.sindaport.com.br) publicou um texto criticando a iniciativa, especialmente por terceirizar uma atividade da Guarda Portuária.

Em sua mensagem, a entidade sindical citou a possibilidade de recorrer à Justiça ou organizar uma greve contra o projeto.

Horas depois, a Codesp divulgou a nota com o desmentido. No texto, a companhia reforça que esta possibilidade - de terceirização - não existe. E destacou ainda o plano de promover treinamentos e melhorias para a Gport e sua brigada de incêndio.